

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

7 JUNHO 2020



TRAVAR A CRISE PANDÉMICA, VENCER A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

A terceira fase de desconfinamento ocorre no momento previsto e em consonância com a evolução dos dados da pandemia da Covid-19. Em comparação com os meses de março e abril, os números de óbitos e de novos infetados baixaram consistentemente no mês de maio. O aumento dos casos de doentes recuperados e a diminuição dos internados sob cuidados intensivos indicam igualmente que o pico desta vaga da pandemia foi ultrapassado em Portugal, à semelhança de outros países europeus mais afetados. Ainda assim, subsistem riscos significativos para a saúde pública. A persistência de focos de infeção em algumas zonas residenciais, empresas e unidades de produção e distribuição decorre de uma oferta débil de transportes públicos, das carências habitacionais e da precariedade laboral.

As medidas de confinamento adotadas nos últimos meses foram importantes na contenção do contágio e no salvamento de vidas, expondo a fragilidade das respostas nos setores dos cuidados, como é o caso dos lares, onde a atuação do governo foi tardia e deficitária. A situação insatisfatória e preocupante verificada nos lares levará o Bloco de Esquerda a abrir o debate sobre este modelo de apoio social que privilegia a institucionalização das pessoas dependentes, em oposição a um modelo de valorização da comunidade no respeito pelo indivíduo e pela sua história de vida.

O pilar da resposta à pandemia foi o SNS. É hoje clara a importância da nova Lei de Bases da Saúde e do reforço do SNS no último Orçamento do Estado; sem essa recuperação do SNS, imposta pelo Bloco de Esquerda, teria sido muito mais difícil. O SNS conseguiu responder à sobrecarga, mesmo com a recusa do governo em requisitar os serviços privados de saúde no período mais crítico. Nos próximos meses, o SNS terá que responder ao atraso nos serviços de saúde causado pelos adiamentos de consultas e cirurgias no período de confinamento, preparando-se para uma eventual segunda vaga da pandemia no final do ano. A defesa do SNS passa pelo reforço dos seus meios

e dos direitos dos profissionais, assim como pela valorização do modelo público em múltiplas valências (cuidados de saúde primários, cuidados intensivos, cuidados continuados, saúde mental, investigação).

A crise pandémica abriu caminho a uma crise económica de larga escala, com graves consequências sociais. Mostrou a crise estrutural do capitalismo e expôs as profundas desigualdades que marcam a sociedade e que estão a constituir as mais vincadas linhas de progressão da doença. Os fundamentos dessa crise já estavam presentes numa economia portuguesa frágil, excessivamente dependente do exterior e movida pelo trabalho precário e mal pago. Ao despedimento de precários e temporários, primeiras vítimas da crise, soma-se a quebra de rendimentos provocada pela paralisação da economia informal, alimentada por setores como o turismo, que enfrenta agora a perspetiva de uma crise prolongada. O governo decidiu não proteger estes empregos, recusando a medida seguida noutros países europeus da proibição de todos os despedimentos. No curto prazo, a crise diminuiu mais de 8% o total dos rendimentos do trabalho (dados do Banco de Portugal), com 800 mil trabalhadores em regime de layoff, antecipando-se uma recessão severa e uma taxa de desemprego real acima dos 10% já no fim deste ano. Neste cenário, são essenciais medidas de emergência e medidas estruturais para vencer a crise, garantindo que ninguém fica para trás e que o país poderá dispor dos instrumentos para o relançamento de uma economia que garanta os direitos de quem trabalha e a justiça social para todos. Nesse sentido, o Bloco recusa medidas de austeridade, como sejam cortes nos rendimentos do trabalho, congelamento das carreiras profissionais, ausência de atualizações salariais e considera essencial que o Governo se disponibilize para dar início à revisão do código laboral. O Bloco de Esquerda não tem faltado nem faltará à defesa destas soluções.

PLANO DE RECUPERAÇÃO EUROPEU

A proposta de um plano de recuperação europeu apresentada pela Comissão Europeia (CE) é insuficiente face às necessidades e não é isenta de perigos.

Ao contrário de um modelo dinâmico, que condicione a dimensão do fundo ao impacto recessivo da crise, a CE propõe uma cifra fixa de 750 mil milhões integrada no orçamento comunitário da UE para os anos de 2021 a 2027 (500 mil milhões de euros para subvenções diretas aos Estados, 250 mil milhões para empréstimos que irão pesar nas contas públicas de cada país). Este valor representa um quarto do que tinha sido proposto pelo Parlamento Europeu, um terço da proposta espanhola apresentada há semanas e metade do que a Alemanha decidiu para o seu próprio plano de recuperação interna. Acresce que o financiamento que está a ser apresentado como sendo a fundo perdido é, até ao momento, o adiantamento por conta de orçamentos comunitários futuros. Só não o será se vierem a ser criados recursos próprios adicionais, cuja aprovação está longe de estar garantida. Finalmente, convém sublinhar que o Fundo de Recuperação nunca poderá ser usado como justificação para aceitar cortes na política de coesão no Quadro Financeiro Plurianual que se prolongariam por 7 anos e serviriam como referência para quadros financeiros futuros.

Na aplicação dos fundos, a ser decidida pelo Conselho Europeu, a Comissão Europeia promete regras de condicionalidade ditadas pelo Semestre Europeu, submetendo os Estados às orientações que conduziram no passado a políticas de austeridade. Para garantir a eficácia e a dimensão necessária na resposta estrutural à crise, o fundo de recuperação deve ser dotado de outro modelo, que passe pela exclusão das condicionalidades, seja financiado diretamente através do BCE e que permita aos Estados recuperar a economia e proteger os empregos, garantindo o reforço financeiro em caso de uma recessão mais severa com o aumento em 120 mil milhões por ponto percentual de quebra do PIB europeu acima dos 4%.

VENCER A CRISE: NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

Os efeitos imediatos da crise ameaçam os salários e os empregos, deixando centenas de milhares de pessoas desprotegidas. Durante a preparação do Orçamento Suplementar de resposta aos efeitos económicos da crise pandémica, o Bloco de Esquerda tem

apresentado um conjunto de medidas urgentes para que ninguém fique para trás. A resposta que propomos retira lições da crise da última década, não coloca em causa os avanços dos últimos anos e não corta direitos nem diminui rendimentos do trabalho.

Estas medidas extraordinárias de apoio devem ser acompanhadas de medidas de médio e longo alcance, protegendo pessoas e empregos, mas também criando novos postos de trabalho no quadro de uma sociedade ambientalmente, economicamente e socialmente mais sustentável. Isso passará por postos de trabalho associados à transição energética e à proteção ambiental, à reconversão do turismo, à promoção de alguns segmentos de atividade industrial e ao reforço das infraestruturas e dos serviços públicos. E exigirá um maior controlo do Estado sobre o setor financeiro, em particular sobre a banca.

O Bloco de Esquerda apresentou o seu anteprojeto de Lei de Bases do Clima que prevê a diminuição contínua das emissões, que a maior parte seja feita até 2030 e a antecipação da data para a neutralidade carbónica. Como o caminho para a neutralidade carbónica não é socialmente neutro, a Lei contém as políticas necessárias à redução de emissões, reconhecendo a necessidade de justiça climática e de combate às desigualdades sociais nesse processo e assume o papel da sociedade nessa definição, rejeitando mecanismos de financeirização da resposta. A resposta à crise provocada pela pandemia tem que responder igualmente à crise climática. O Bloco abre a discussão do seu anteprojeto a organizações não governamentais, ambientalistas, investigadores e toda a sociedade.

Nas negociações do Orçamento do Estado suplementar, o Bloco de Esquerda bate-se pelo aprofundamento dos mecanismos extraordinários de compensação de rendimentos perdidos, através da redução para metade do período de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, o aumento dos valores mínimos de apoio aos trabalhadores independentes que perderam os seus rendimentos e a criação de um subsídio extraordinário de desemprego e de cessação de atividade, a vigorar até ao final do ano e no valor do IAS (438,81€), sem prazo de garantia, aplicável a todos os trabalhadores que não sejam beneficiários de outras prestações de desemprego ou redução de atividade, ou cujo valor seja inferior ao valor do IAS, abrangendo também os trabalhadores informais. Aos trabalhadores em isolamento cuja contaminação por COVID-19 seja confirmada, não deve ser feita ne-

nhuma redução de rendimento na baixa por doença. Assumimos ainda como prioridades na resposta à emergência social a proteção da habitação e a garantia de acesso aos bens essenciais, prolongando até ao final do ano a proteção dos contratos de arrendamento com suspensão dos despejos e das execuções de hipoteca e prolongamento dos prazos dos contratos, bem como o impedimento dos despejos e dos cortes de água, luz e comunicações, estendendo e alargando a abrangência da medida de empréstimos do IHRU aos inquilinos, reconvertendo alojamento local em arrendamento acessível de longa duração, promovendo a adoção da tarifa social da água pelas autarquias, atribuindo a tarifa social de energia às famílias com quebra de rendimento igual ou superior a 20% e garantindo acesso às telecomunicações com a criação de um serviço mínimo gratuito de telecomunicações. Lutamos pelo reforço do apoio social de emergência, incluindo um programa nacional de realojamento de emergência para pessoas em habitações insalubres ou sobrelotadas e de alojamento e inclusão de pessoas sem abrigo (housing first), um programa de combate à pobreza infantil, incluindo a garantia de que nenhuma criança é excluída do acesso à creche, bem como mecanismos de prevenção do abandono escolar, como reforço da ação social escolar em todos os ciclos de ensino, a suspensão das propinas e aumento imediato das vagas de residência para estudantes. Na resposta à emergência social e económica, a articulação e apoio a programas autárquicos será fundamental. Estes programas devem ter critérios claros de resposta social e preservação ambiental.

O Orçamento do Estado Suplementar deve ainda garantir o reforço do Estado Social e dos serviços públicos, que são a primeira linha da defesa do povo na crise pandémica. O Bloco de Esquerda centrou o esforço negocial neste período na proteção da sustentabilidade da Segurança Social, garantindo transferências do Orçamento do Estado para compensar as medidas extraordinárias, e na defesa do SNS, exigindo a concretização da Lei de Bases da Saúde e das medidas aprovadas no último Orçamento do Estado e sem abertura de concursos para PPP's. O SNS deve ser alvo de um reforço orçamental para a recuperação de atividade e para resposta às necessidades que emergiram da crise, antecipando a contratação dos 8400 profissionais prevista para 2020/21 e garantindo a integração definitiva dos trabalhadores contratados temporariamente para resposta à Covid-19. É

ainda necessária a promoção do acesso aos cuidados de saúde, através da instituição da gratuitidade do transporte não urgente de doentes com carência económica ou justificada situação clínica, participação adicional na compra dos medicamentos para utentes em situação de carência económica, antecipação da eliminação das taxas moderadoras em meios complementares de diagnóstico e terapêutica e obrigação de emissão de número de utente do SNS para migrantes indocumentados, independentemente da existência de processo a decorrer no SEF.

Colocámos ainda no centro das preocupações o apoio aos setores mais afetados, nomeadamente a Cultura, onde será necessário conjugar apoios diretos às estruturas e agentes culturais com mais apoio aos trabalhadores na perda de rendimentos e um novo enquadramento profissional, bem como a necessidade de reforço da resposta de cuidados. É necessário tirar ilações da crise pandémica, com a criação de um Serviço de Apoio Domiciliário público com contratação pelo Instituto da Segurança Social de trabalhadores para reforço do apoio a pessoas dependentes, com compromissos de formação e vinculação, possibilitando uma resposta alternativa à institucionalização de idosos e outras pessoas dependentes.

Finalmente, e para garantir uma resposta à crise que proteja os rendimentos do trabalho agora e no futuro, o Bloco mostrou a sua oposição à manutenção do atual regime de lay-off, propondo que o Orçamento do Estado garantisse um novo modelo de apoio ao emprego em empresas com atividade paralisada ou reduzida devido à crise pandémica, que não seja assente no corte de salários e permita a recuperação dos rendimentos do trabalho.

A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda, esperando a inscrição dos avanços negociais na proposta de Orçamento de Estado suplementar que o governo entregará esta semana na Assembleia da República, decide viabilizar o Orçamento do Estado suplementar, fazendo depender o sentido de voto final do aprofundamento do alcance das medidas relativas ao SNS, lay-off, subsídio de desemprego e proteção da habitação.

BRASIL E EUA: PROTEGER A DEMOCRACIA, COMBATER O RACISMO

O governo de Jair Bolsonaro é uma ameaça aos direitos e à democracia no Brasil e na América Latina.

Do ataque às regras institucionais e democráticas à estratégia de negligenciamento no combate à pandemia, a extrema-direita ensaia no Brasil o caminho para o golpe. A denúncia de uma rede de propaganda oculta, apoiada por empresários e com ligações a membros do governo é mais um indício da estratégia de polarização. Todas as tentativas de cerceamento democrático no Brasil devem merecer o repúdio internacional, desde logo do governo português e da União Europeia. O Bloco de Esquerda manifesta a sua solidariedade a todos e todas que se batem pela democracia e pelos direitos básicos no Brasil.

Os EUA entraram na segunda semana de intensos protestos motivados pelo assassinato de George Floyd por agentes da polícia de Minneapolis. Este crime motivado pelo racismo acontece no pico da pandemia da Covid-19 nos EUA, cujos efeitos económicos resultaram já no disparar do desemprego e da pobreza no país. Os principais afetados pela crise são as pessoas pobres e racializadas num país governado pelo trumpismo apostado em pôr os interesses económicos à frente da segurança sanitária. O racismo estrutural alimentado pelo Estado norte-americano põe vidas em risco e só pode ter como resposta a mobilização anti-racista e a defesa da igualdade e dos direitos.

As manifestações realizadas em todo o mundo são um sinal importante de resistência antifascista e anti-racista. Em Portugal, as manifestações que aconteceram ontem em várias cidades do país, onde convergiram mobilizações pelo clima, contra a precariedade e contra o racismo, foram um marco do movimento anti-racista e marcaram uma nova etapa da luta contra a desigualdade e a violência contra as pessoas racializadas. Há um novo protagonismo na sociedade portuguesa e no espaço público e o Bloco, que mobilizou e marcou presença nas manifestações, saúda esta luta e esta afirmação da agenda anti-racista em Portugal. Além da solidariedade internacionalista com vítimas da violência racista - de que George Floyd se tornou um símbolo - esta agenda chama ainda a atenção para a necessidade de mudanças estruturais necessárias relativamente ao racismo sistémico. É esse sistema que continua a remeter afro-descendentes e imigrantes para setores de atividade sem garantia de condições de trabalho (na construção civil, na limpeza e em empresas de trabalho temporário), que os relega territorialmente para bairros periféricos e condições de habitação precária, que os confina em percursos desvalorizados na educação,

que os expõe a ameaças arbitrárias e a abordagens securitárias que fazem com que sejam as primeiras vítimas de violência. A aprovação, no Parlamento, da proposta do Bloco para uma estratégia nacional contra o racismo é um passo importante nas mudanças necessárias.

ATIVIDADE DO BLOCO DE ESQUERDA

O desenvolvimento de atividades à distância, através da internet, permitiu ao Bloco de Esquerda dar continuidade à organização e participação internas, bem como intensificar a intervenção pública, através da internet e nas redes sociais. Foram realizados debates regulares com a iniciativa Ao Encontro, sessões públicas temáticas e diretos para resposta a dúvidas de internautas, e a conferência Vencer a Crise, entre outros, mobilizando cerca de 150 oradores e dinamizadores em iniciativas que alcançaram mais de 700 mil visualizações. Foram ainda criados mecanismos para denúncias em áreas específicas (créditos bancários e caixa de previdência de advogados e solicitadores) e os sites escolapublica.pt e despedimentos.pt que reúnem denúncias sobre as dificuldades nas escolas e a realidade dos despedimentos e abusos laborais. O site despedimentos.pt recebeu já cerca de 1300 queixas, de todo o país e de todos os setores de atividade, e referentes à situação de mais de 100 mil trabalhadores. É com base neste trabalho, que o Bloco de Esquerda, nas próximas semanas, apresenta denúncias nas delegações da Autoridade para as Condições do Trabalho em todo o país.

O retorno à atividade presencial permitirá retomar parcialmente processos suspensos durante o confinamento. A menor exigência de concentração presencial de aderentes e a duração dos processos - limitados a 40 dias -, permite que a Mesa Nacional decida terminar a suspensão das eleições para as coordenadoras distritais e concelhias. No caso dos processos em curso, suspensos a 14 de março, o calendário deve ser retomado no ponto em que se encontrava o processo eleitoral, a partir de 9 de junho. Nos próximos meses, devem ainda iniciar-se formações temáticas com vista a uma criação de programa autárquico diferenciado para cada município, tendo em vista as necessidades e os interesses de cada região.

O Bloco de Esquerda dedicará o mês de junho a aprofundar um programa de resposta à esquerda para vencer a crise, realizando plenários de aderentes em todos os distritos e convocando para o mês de julho

uma reunião da Mesa Nacional alargada aos membros das comissões coordenadoras das organizações distritais do partido, de forma a garantir uma participação e discussão ampla e inclusiva.

A marcha em Sines, a mobilização de rua dos trabalhadores precários da RTP ou da Casa da Música, a tribuna pública dos trabalhadores da hotelaria, o protesto nacional do setor cultural, as manifestações anti-racistas, entre outras, mostram que a luta social retoma, a pouco e pouco, o espaço público.

Nas próximas semanas, o Bloco retomará visitas, ações de rua e de contacto com as populações. No entanto, dadas as medidas de combate à pandemia ainda necessárias, o Bloco de Esquerda não realizará em 2020 o Acampamento Liberdade nem o Fórum Socialismo. Será privilegiada a multiplicação de iniciativas descentralizadas ao longo do Verão e na rentrée política no último fim de semana de agosto.